

# Dicionários: história, leitura e produção<sup>1</sup>

José Horta Nunes (UNESP-SJPR)

**RESUMO:** Neste artigo, são tratados três aspectos ligados ao conhecimento dos dicionários: a história dos dicionários brasileiros, a leitura dos dicionários e a produção de dicionários, a partir da perspectiva da Análise de Discurso e a da História das Ideias Linguísticas. Assim, o dicionário é visto como um discurso sobre a língua, mais especificamente sobre as palavras ou sobre um setor da realidade, para um público leitor, em certas condições sociais e históricas.

**Palavras-chave:** Dicionário; história das ideias linguísticas; análise de discurso.

**ABSTRACT:** *In this article, I cover three aspects related to the knowledge about dictionaries: the history of Brazilian dictionaries, the reading and the production of dictionaries from a perspective of the Discourse Analysis and the History of Linguistic Ideas. Hence, the dictionary is seen as a discourse about language, particularly about words or about a fragment of reality, for the user, in certain social and historical conditions.*

**Keywords:** *Dictionary; history of linguistic ideas; discourse analysis.*

Gostaria de iniciar este artigo com algumas questões que não são tão fáceis de responder e nem são respondidas de uma vez por todas, mas que fazem parte das preocupações daqueles que se dedicam ao estudo dos dicionários. O que é um dicionário? Para que ele serve? Quem faz os dicionários e para quem? Em que circunstâncias sociais e históricas?

De modo breve e com o risco de simplificar muito as coisas, o dicionário é uma lista de palavras, com definições e exemplos. Mas para o estudioso do dicionário, o modo de olhar para esse objeto já determina sua concepção. Em nosso caso, a perspectiva a partir da qual observamos o dicionário é a da Análise de Discurso e a da História das Ideias Linguísticas (HIL). Para a Análise de Discurso, o dicionário é considerado como um “objeto discursivo”. O que significa isso?

Em primeiro lugar, significa que o dicionário não é algo que estaria na mente das pessoas desde que elas nascem, mas, sim, algo que é produzido por práticas reais em determinadas conjunturas sociais, ou seja, o dicionário é produzido sob certas “condições

---

<sup>1</sup> Este texto foi elaborado para a conferência de encerramento do 8º Encontro de Letras da Universidade Católica de Brasília, em 24 de setembro de 2010.

de produção dos discursos”. E as palavras não são tomadas como algo abstrato, sem relação com os sujeitos e as circunstâncias em que eles se encontram, mas sim como resultantes das relações sociais e históricas, relações essas que são complexas e, por vezes, polêmicas ou contraditórias. Assim, o dicionário é visto como um discurso sobre a língua, mais especificamente sobre as palavras ou sobre um setor da realidade, para um público leitor, em certas condições sociais e históricas.

Fazem parte das condições de produção do discurso os sujeitos e a situação em que eles se inserem. Assim, estudar o dicionário da perspectiva discursiva é considerar o que podemos chamar de “sujeito lexicógrafo”. Este estabelece uma relação muito específica com as palavras, ou seja, de modo geral, a de selecioná-las e produzir um discurso sobre elas. Por exemplo, um missionário da Época Colonial, nas circunstâncias da colonização no Brasil, ao elaborar um dicionário português-tupi, ocupa uma posição de sujeito religioso, o que determina os sentidos das palavras selecionadas e definidas, bem como o direcionamento geral dessa prática, que foi voltada, sobretudo, para a catequese dos índios. Assim, os lexicógrafos dessa Época incluíam em seus dicionários palavras religiosas que sequer existiam na língua indígena, como “pecado”, “Deus” e outras, e atribuíam sentidos religiosos aos fatos e palavras descritos. Assim, além de visar ao conhecimento específico de uma ou mais línguas, fazer dicionário serve para entrar em contato com uma sociedade ou uma cultura desconhecida, produzir uma identidade nacional, regional ou de grupo social, conhecer os conceitos utilizados em certas áreas das ciências, dentre muitas outras coisas.

Atualmente, a posição do lexicógrafo, no meio universitário, está relacionada a sua posição teórica, e assim temos o lexicógrafo ligado às disciplinas que tradicionalmente se ocupam do dicionário, que são a lexicologia, a lexicografia e a terminologia, e também a outras disciplinas que participam mais esporadicamente da produção de dicionários, como fonética e fonologia, morfologia, sintaxe, linguística textual, neurolinguística, sociolinguística, a análise de discurso, dentre outras.

Do ponto de vista do leitor cotidiano, os dicionários são considerados bons ou ruins de acordo com as necessidades imediatas de consulta, e conforme se encontrem ou não as palavras buscadas, mas poucas vezes suas definições são questionadas. A escola também não se preocupava, até muito recentemente, com a leitura dos dicionários em sala de aula; eles eram apenas consultados em caso de dúvidas ou para se saber os sentidos

supostamente “corretos” das palavras. Assim, não se ensinava o dicionário, pelo contrário, era o dicionário que “ensinava” como uma autoridade pouco questionada.

No entanto, nas duas últimas décadas, produziu-se no interior da Análise de Discurso e da História das Ideias Linguísticas, para me limitar a minha área de atuação, um conhecimento considerável sobre os dicionários, o que levou a uma mudança no modo de concebê-los, ensiná-los e produzi-los. Eu resumiria os objetivos desses estudos e as descobertas daí advindas com a seguinte afirmação de Orlandi (2001, p. 8): “Ver a Gramática e o Dicionário - os instrumentos linguísticos como os denomina S. Auroux (1992) - como parte da relação com a sociedade e com a história (E. Orlandi, 1997) transforma esses instrumentos em objetos vivos, partes de um processo em que os sujeitos se constituem em suas relações e tomam parte na construção histórica das formações sociais com suas instituições, e sua ordem cotidiana.” Não pretendo fazer aqui um panorama desses estudos, vou me limitar a considerar, neste texto, três aspectos ligados ao conhecimento dos dicionários: a história dos dicionários brasileiros, a leitura dos dicionários e a produção de dicionários a partir da perspectiva discursiva. Falarei então, brevemente, sobre cada um desses aspectos, ressaltando alguns pontos que julgo mais pertinentes no momento.

### **História dos dicionários brasileiros**

A história dos dicionários, enquanto listas de palavras de uma língua ou de um setor da realidade como animais ou plantas, se confunde com o aparecimento da escrita, que ocorreu cerca de três mil anos antes de Cristo. Como afirma S. Auroux (2008, p. 19), a listagem de palavras é “a técnica mais elementar que é a base de todo dicionário”. A lista de palavras não se confunde com o dicionário, mas “ela está indubitavelmente na origem dos dicionários”. A lista de palavras se torna um dicionário quando ela apresenta alguma função específica. Assim, como observa esse autor, as listas de palavras medievais, na medida em que o latim deixa de ser falado como língua materna, são acrescidas de palavras das línguas vernáculas, e eventualmente de observações sobre a língua que não se fala mais (o latim). Daí aparece o dicionário de língua.

Na Época do Renascimento, ocorreu o que Auroux (1992) chama de gramatização massiva das línguas: a partir de uma só tradição linguística inicial (a tradição greco-latina), são elaborados dicionários e gramáticas de centenas de línguas do mundo, formando uma rede homogênea de comunicação centrada inicialmente na Europa. Assim, apareceram

entre o século XVI e o XVIII vários dicionários das línguas vernáculas, como os do italiano, do francês, do espanhol, do português e de várias outras línguas européias; além de uma grande quantidade de dicionários de línguas indígenas da América, e de línguas da África e do Oriente.

Vemos, então, que o aparecimento da escrita e das listas de palavras da Antiguidade até a Idade Média, e depois com o surgimento da imprensa no século XVI e a cultura multilíngue do Renascimento, a multiplicação sem igual dos dicionários de língua, levaram ao estabelecimento de espaços linguísticos relativamente homogêneos sobre os quais se assentaram as chamadas línguas nacionais. Mas é preciso considerar que cada uma das línguas nacionais tem uma histórica específica de constituição e, desse modo, também os instrumentos linguísticos têm uma história singular, aí compreendidos os dicionários. Consideremos o caso brasileiro. Podemos partir das seguintes interrogações. Quando e como surgiram os primeiros dicionários no Brasil? Como eles se multiplicaram e se transformaram? Quem foram os autores dos dicionários e que instituições fomentaram sua produção? De que modo ocorreu no Brasil, a longo prazo, uma certa autonomização em relação à tradição lexicográfica portuguesa, ou seja, quando e como os dicionários brasileiros passaram a ser mais utilizados que os portugueses?

O Brasil é um país de colonização e assim a história das línguas e dos instrumentos linguísticos está diretamente relacionada a esse fato. Os primeiros saberes lexicográficos produzidos no Brasil foram comentários sobre as significações de palavras indígenas e listas de palavras português-Tupi e Tupi-português, como listas de nomes de plantas e animais, de partes do corpo humano, de objetos da cultura indígena, dentre outras. Essas listas de palavras deram origem aos primeiros dicionários brasileiros, que foram dicionários bilíngues português-Tupi elaborados pelos missionários jesuítas dos séculos XVI ao XVIII. Além do interesse em conhecer a língua indígena, ou juntamente com ele, estava presente, como dissemos anteriormente, o interesse na catequese dos índios. Daí o discurso religioso desses primeiros instrumentos linguísticos brasileiros, que eram também instrumentos da colonização. Os dicionários bilíngues português-Tupi guardam as marcas da enunciação colonizadora, com os missionários-intérpretes traduzindo a voz do índio do ponto de vista da tradição ocidental. Auroux chama esse processo de *exo-gramatização*, ou seja, a elaboração de um dicionário ou de uma gramática por alguém que não é falante nativo da língua dicionarizada, como é o caso do colonizador português ou espanhol em relação às línguas indígenas sul-americanas.

Em 1759, os missionários jesuítas foram expulsos do Brasil e vieram as chamadas Reformas Pombalinas, que introduziram as concepções iluministas em Portugal e no Brasil. Com isso, o discurso de catequese dos jesuítas dá lugar a um outro discurso: o das ciências, das leis e do Estado. Um brasileiro que vai estudar Direito em Portugal, Antonio de Moraes Silva, elabora o primeiro dicionário monolíngue da língua portuguesa, o *Dicionário da Língua Portuguesa* (1789), que começa a introduzir palavras brasileiras. Esse dicionário torna-se uma referência no século XIX e até no XX, marcando a consolidação da lexicografia de língua portuguesa. Mas o dicionário de Moraes, embora introduzisse algumas palavras brasileiras, era muito distante da realidade brasileira, da sociedade que então se formava, das peculiaridades do país e de suas regiões.

Começam a surgir então os primeiros dicionários monolíngues brasileiros de língua portuguesa. Primeiramente aparecem os dicionários que complementam os dicionários portugueses, como o *Vocabulário Brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa*, de Brás da Costa Rubim (1853). Surgem também dicionários de regionalismos, como a *Coleção de Vocábulos e Frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, de Antonio Coruja (1853). Mais tarde, já no final do século XIX, surgem os chamados dicionários de brasileirismos, dentre os quais salientam-se o *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, de Macedo Soares (1888), publicado no Rio de Janeiro, e o *Dicionário de Vocábulos Brasileiros*, do Visconde de Beaurepaire-Rohan (1889), publicado também no Rio de Janeiro. Estas obras reúnem diversos dicionários parciais anteriores, compondo um conjunto maior das palavras utilizadas no Brasil e não em Portugal, ou de palavras que tomam significações específicas no território brasileiro, os “brasileirismos”.

Toda essa produção de dicionários parciais e de complemento mostra que no século XIX já se constituía uma lexicografia brasileira da língua nacional. Porém, é somente no século XX que surgem os primeiros grandes dicionários monolíngues brasileiros de língua portuguesa. Não se trata aí tão somente de dicionários parciais, que complementariam os dicionários portugueses, mas, sim, de dicionários que produzem uma imagem de completude da língua falada no Brasil. Dois dicionários iniciaram esta série: o *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, um dicionário básico de Gustavo Barroso e Hildebrando Lima (1938), e o *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Laudelino Freire (1939-44), um grande dicionário direcionado a um público erudito e elaborado com exemplos de autores clássicos. É preciso considerar que esses primeiros grandes dicionários brasileiros aparecem no momento em que se estabelecem certas

condições institucionais, dentre as quais a fundação da Academia Brasileira de Letras, no final do século XIX, e a multiplicação, nas primeiras décadas do século XX, das editoras que fomentam a edição de textos de caráter nacional, como a Companhia Editora Nacional e outras.

Na segunda metade do século XX, a lexicografia brasileira consolida-se definitivamente. Nesse período, os dicionários brasileiros passam a ser mais utilizados que os dicionários portugueses. Se o dicionário for um dos critérios para se dizer que uma língua é diferente da outra, vemos aí a distinção entre a língua portuguesa e a “língua brasileira”, visto que em cada país se utilizam dicionários específicos. Várias obras poderiam ser citadas como marcantes dessa fase. Vamos nos limitar aqui a duas delas: o *Nôvo Dicionário Brasileiro Melhoramentos Ilustrado*, de Adalberto Prado e Silva (1962) e o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de H. Ferreira (1975). Nesses dois dicionários, notam-se ao mesmo tempo uma visão histórica da língua, considerando-se os autores clássicos e a “evolução” da língua, mas também, e é isso que os diferencia de seus antecessores, a inclusão de autores modernos e de discursividades populares e da mídia, além de exemplos edificantes elaborados pelo lexicógrafo.

Este percurso pela história dos dicionários brasileiros, ainda que muito resumido, nos permite observar que a lexicografia brasileira tem uma história, que é a história de um país de colonização, marcada pela elaboração de instrumentos específicos, que têm a ver, embora de modo redutor, com a realidade multilíngue do país. Essa história mostra também a relação entre os instrumentos do colonizador e os do colonizado que pouco a pouco vão surgindo e se estabelecendo.

Acredito que há muito a se fazer ainda para um maior conhecimento dos dicionários brasileiros, sobretudo no que diz respeito aos dicionários regionais, mas também ao aprofundamento das análises dos grandes dicionários gerais e de vários outros temas relacionados a essa história.

### **Leitura dos dicionários: lacunas, definições e exemplos**

Uma vez mostrado que os dicionários são objetos discursivos que têm a ver com a história e a sociedade, quais seriam as consequências disso para a leitura do dicionário no cotidiano do leitor e no ensino?

Um primeiro ponto a ser considerado é que a leitura do dicionário e os sentidos que ela produz dependem da história do leitor na sua relação com o texto e com a história dos sentidos das palavras (ou seja, em termos conceituais, com o *interdiscurso*). Não há uma leitura única do dicionário, assim como não há sentidos das palavras fixados eternamente. Os sentidos sempre podem ser outros e assim também as leituras. Ao mesmo tempo, a leitura, quando se trata da perspectiva discursiva, não pode ser qualquer uma, visto que a história dos sentidos tem uma materialidade específica que deve ser considerada.

Lembro aqui a distinção que Eni Orlandi (1988) faz entre o discurso autoritário, o lúdico e o polêmico. A leitura do dicionário não seria assim uma leitura autoritária, que tende para a monossemia, para a fixação dos sentidos. Também não se consideraria que os sentidos das palavras são quaisquer uns, independentemente das condições em que eles são produzidos; isso seria a exacerbação do lúdico. Desse modo, o discurso polêmico parece ser o mais apropriado para o ensino, com a possibilidade de se confrontar as diferentes leituras, sem perder de vista a materialidade que sustenta essas leituras. Ler o dicionário é saber que há certos sentidos que aparecem e se sedimentam, se estabilizam, mas ao mesmo tempo é saber que eles sempre estão sujeitos a serem outros, sempre estão sujeitos aos equívocos, aos deslizamentos de sentido, às contradições entre diferentes posições de leitura.

De modo mais específico, eu chamaria a atenção para três procedimentos de leitura crítica dos dicionários: a identificação de lacunas, a análise das posições de definição e o questionamento dos exemplos. A identificação de lacunas nos dicionários é uma prática que existe desde que apareceram os primeiros dicionários. O dicionarista Bluteau (1712-1728), no prefácio ao seu dicionário (*Vocabulário Português e Latino*), dedica 44 páginas aos leitores de seu dicionário, dividindo-os em: *leitor benévolo, malévolo, impaciente, português, estrangeiro, douto, indouto, pseudocrítico, impertinente e mofino*. Para cada um deles ele formula um discurso específico, antecipando as imagens e as críticas que os leitores poderiam fazer do dicionário. Há também um tipo de dicionário que corresponde a essa prática de identificar as lacunas, as faltas dos dicionários. Trata-se do “dicionário de lacunas”. Um deles foi o “Léxico de Lacunas”, de Affonso Taunay (1914). Taunay apresenta nesse léxico um conjunto de palavras brasileiras que estavam ausentes nos dicionários portugueses da época, sobretudo no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de C. de Figueiredo (1899). Essa posição crítica fez parte de uma prática de leitura que em seguida desembocou na elaboração dos grandes dicionários brasileiros.

As lacunas, do ponto de vista discursivo, não são erros ou defeitos do dicionário, mas fazem parte mesmo de sua constituição. Todo discurso silencia necessariamente outros discursos, é o que Orlandi (1992) chama o “silêncio constitutivo”. Lidar com a falta de palavras no dicionário ou mesmo na fala cotidiana, é lidar com a incompletude da linguagem, que afeta qualquer discurso. Assim a busca das lacunas não é vista como uma prática excepcional, mas, sim, como algo que faz parte do cotidiano do falante e do leitor, mesmo que de modo inconsciente.

Tomemos, por exemplo, algumas lacunas da última edição do dicionário Aurélio. Esse dicionário não traz algumas palavras que apareceram recentemente nas discursividades contemporâneas, como *trecheiro*, *agente sanitário*, *população em situação de rua*, *hip-hop*. *Trecheiro* é um nome que vem substituir ou co-existir com os nomes *morador de rua* ou *andarilho*, mas que traz significações específicas, ligadas à noção de “trecho”, que é um percurso feito por esses sujeitos no espaço urbano: eles dormem na rua, depois fazem algum bico como flanelinha, pedem esmola, depois se reúnem, bebem cachaça, voltam a dormir no espaço público, mas estão sempre em movimento, deslocando-se seja na mesma cidade, seja fazendo percurso de uma cidade a outra, ou seja, são nômades e por isso se distinguem do “morador de rua” (cf. GARCIA e outros, 2008). *Agente sanitário* é um nome que se tem dado a vários sujeitos que trabalham no espaço das cidades com a “limpeza ambiental”. Essa significação vem deslocar os sentidos do que seria o *lixeiro*, o *catador* (de papéis ou de lixo), os *varredores* ou *garis*, dentre outros, inserindo-os no discurso ecológico, como trabalhadores da limpeza ambiental. Também a palavra *hip-hop* não está presente no dicionário Aurélio, assim como a locução *arte de rua*, que é um nome utilizado para se referir às práticas do *grafite*, do *rap*, enfim, de manifestações artísticas realizadas no espaço público.

Outro procedimento de leitura do dicionário, este menos usual, mas de igual importância, é a explicitação da posição do lexicógrafo quanto ao modo de definir. As definições, do ponto de vista discursivo, não são neutras, elas são sempre efetuadas a partir de uma posição discursiva, que pode não coincidir com a posição que ocupa o leitor. Além disso, as definições se tornam desatualizadas em relação aos discursos em circulação. Tomemos como exemplo o verbete “periferia” no dicionário Aurélio:

**Periferia.** [Do gr. *periphérea*, ‘circunferência’ pelo lat. tard. *Periphéria*] S.f. Superfície ou linha que delimita externamente um corpo; contorno, âmbito: *periferia de uma praça, de uma cidade.* (...) 7. Urb. Bras. Numa cidade, a região mais afastada do centro urbano, em geral

carente em infra-estrutura e serviços urbanos, e que abriga os setores de baixa renda da população. (FERREIRA, 1999, p. 1545)

Analisando-se esta definição, nota-se que ela é efetuada do ponto de vista de quem se identifica com o centro urbano, na medida em que a periferia se situa “distante do centro urbano”. Também se nota que há um discurso que tende para a assistência social, visto que se considera a periferia como uma região “carente” de infra-estrutura. Note-se que em nenhum momento se fala que há sujeitos que habitam essa região, mas sim que a região “abriga” os sujeitos. O verbete significa, enfim, o movimento de uma classe pobre em direção às regiões periféricas da cidade, o que se pode relacionar a todo um processo urbano observável em cidades brasileiras durante o século XX. Porém, quando nos deparamos com textos atuais notamos que há outros sentidos possíveis, que não correspondem mais à distinção entre “centro” e “periferia” e nem à caracterização da periferia como local de “abrigo” dos setores de baixa renda. Vejamos algumas passagens de um texto de Liliane Castelões, publicado na revista *ComCiência*.

As cidades brasileiras vêm passando por uma reestruturação. A febre de construção de edifícios de luxo já não se restringe a áreas nobres ou centrais. Os galpões que antes abrigavam fábricas em bairros tipicamente industriais, hoje são transformados em condomínios para classe média e alta. Nas áreas de antigas fazendas surgem condomínios fechados horizontais. Com todas essas mudanças ainda seria possível fazer a distinção entre urbano e rural, entre centro e periferia? O Brasil é um país urbano ou rural? (CASTELÕES, 2002, s.p.)

A divisão entre centro e periferia, de acordo com Luchiari, não é mais tão rígida. ‘Até os anos 70, a área central das cidades brasileiras era caracterizada por ser melhor equipada, enquanto a periferia era associada aos pobres. Hoje não se sustenta mais esse modelo centro-periferia, nem na escala das relações internacionais, nem na estrutura urbana das cidades. A periferia hoje está no centro e vice-versa’, afirma. (CASTELÕES, 2002, s.p.)

A *periferia* nesse caso não se distingue mais da área central por falta de infra-estrutura e por oposição entre pobres e ricos. O que ocorre é que a segregação se dá tanto nas áreas centrais quanto periféricas e a oposição está entre áreas abertas e fechadas, muitas vezes vizinhas umas das outras, com relações tensas ou de dependência econômica. Desloca-se assim, primeiramente, a posição a partir da qual se observa a cidade (não mais do centro em direção à periferia), bem como o modo de a cidade estar significada no dicionário com suas divisões espaciais e sociais. A sociedade muda, os sentidos mudam, mas o dicionário pode manter um imaginário que já não se sustenta.

Os exemplos também podem ser objeto de uma leitura atenta dos discursos em circulação. Quando não trazem exemplos, a imagem que se tem é de que as palavras e as definições existem independentemente de quem as pronuncia. Já quando há exemplos, eles

se apresentam em vários tipos: linguísticos, literários, de falas cotidianas, exemplos elaborados pelo lexicógrafo, dentre outros. A seleção da forma do exemplo é decisiva para a concepção do dicionário. Continuando com o caso do verbete “periferia”, nota-se que os exemplos ali presentes: *periferia de uma praça, de uma cidade*, são exemplos linguísticos que apresentam as possibilidades de formação de sintagma com a palavra “periferia”. Nesse verbete, nenhuma citação literária é apresentada, assim como nenhuma fala cotidiana. Não há também exemplos didáticos formulados pelo lexicógrafo. Assim, quando se fala sobre esse espaço citadino, ou não há exemplos, como na segunda acepção, ligada ao urbanismo, ou os exemplos se restringem à visão linguística de formação de sintagmas possíveis. Os exemplos literários, cotidianos e da mídia ficam de fora. O dicionário, desse modo, é um observatório dos discursos em circulação, trata-se de notar quais ele coloca em circulação e quais ele silencia.

### **Produção de dicionários: uma experiência de escrita da palavra**

Do ponto de vista discursivo, todo falante estabelece uma certa relação com as palavras, selecionando-as para seu uso e atribuindo-lhes sentidos, isso de forma pré-consciente ou inconsciente, e afetados pela ideologia, ou seja inseridos em uma ou outra formação discursiva na qual se constituem como sujeitos de seu discurso e de suas palavras. Assim, de certo modo todo sujeito produz seu próprio dicionário ao formular um discurso. Mas quando se trata de elaborar o texto do dicionário enquanto lista de palavras e verbetes com definições e exemplos, as técnicas e o método são fundamentais. Perguntando certa vez a uma lexicógrafa como ela começou a fazer dicionários, ela respondeu algo como: “eu tinha uma agenda de endereços com divisões em ordem alfabética e fui anotando as palavras que desejava e formulando definições ou observações, daí nasceu o primeiro dicionário”. Esta técnica mais elementar, que como vimos remonta à Antiguidade e Idade Média, continua sendo produtiva para muitos daqueles que se voltam para a descrição das palavras e de seus sentidos, ou seja, para construir uma lista de palavras e atribuir definições e comentários. Consideramos que a produção de dicionários se insere em uma prática mais ampla, que é a “escrita da palavra” e essa não se limita somente à prática lexicográfica mais conhecida, mas inclui uma série de outras formas de escrever sobre a palavra. Para realizar essa prática, no entanto, convém ter em vista a superação de alguns obstáculos.

O primeiro deles é a imagem do dicionário como portador de significações fixas, e, portanto, sem historicidade, bem como a imagem do autor de dicionário como grande especialista e autoridade inquestionável. A escrita da palavra resulta de uma relação muito singular dos sujeitos com a palavra e não se restringe a uma ou outra forma de dicionário ou de autoria. Nesse sentido, há vários textos que resultam dessa prática: listas de palavras, verbetes linguísticos ou enciclopédicos, verbetes na forma de ensaios (que não se ligam necessariamente a um dicionário), verbetes publicados em jornais ou revistas, na Internet etc. Acredito que na escola se poderia despertar o gosto pela escrita da palavra em suas várias formas, dando margem para que o sujeito se situe diante das várias possibilidades de produzir discursos sobre as palavras, ou seja, para que a relação com as palavras, e os discursos que as sustentam, faça sentido para eles e para que aquilo que eles produzam se inscreva na história.

Não vou aqui, por limitação de tempo, falar sobre as diversas práticas de escrita da palavra. Queria dizer apenas que as formas de autoria dessa escrita, assim como as formas de autoria dos dicionários tradicionais, têm se alterado significativamente. Com as novas tecnologias, cada vez mais os sujeitos no dia-a-dia constroem seus próprios bancos de dados ou de textos e também são colocados na posição de definir as palavras. Os grandes bancos de dados textuais também têm se expandido e multiplicado. Dicionários impressos são informatizados. Dicionários atuais e antigos são colocados à disposição na Internet. Alguns *sites* de dicionários como o *Oxford* na Inglaterra e o dicionário *Caldas Aulete* no Brasil, abrem espaço para a participação dos internautas. A Wikipédia é construída com a participação de centenas de pessoas que acessam a Internet. Com os hipertextos, os blogs e outros novos textos eletrônicos, os comentários sobre palavras no dia-a-dia se multiplicam. Em que essas mudanças afetam a produção de dicionários? Que novas formas de autoria e de dicionários resultarão daí? As técnicas já existentes de elaboração dos dicionários serão abandonadas?

Talvez seja cedo para responder a todas essas perguntas. Como afirma Auroux (1992), estamos vivendo a terceira revolução tecnológica nas Ciências da Linguagem, da qual não vemos ainda todas as consequências. Deixo esta questão mais ampla para instigar a prática de escrita como descoberta de novos caminhos e de novas formas de dicionário.

De minha parte, gostaria de relatar brevemente uma experiência de redação de verbetes realizada na UNESP de São José do Rio Preto. Em um projeto que desenvolvemos lá, denominado “Palavra, Discurso e Silêncio: no movimento dos sentidos

urbanos”<sup>2</sup>, estamos praticando a feitura de verbetes sobre palavras que significam os espaços e os sujeitos urbanos, em colaboração com o Laboratório de Estudos Urbanos da Unicamp, coordenado por Eni Orlandi<sup>3</sup>. Para que tenham uma ideia de como se tem realizado esse trabalho, falarei sobre o verbete “viaduto”, que elaborei recentemente.

Comecei o verbete indicando o sentido de *viaduto* do ponto de vista técnico e urbanista, tal como vemos no dicionário Aurélio: “Construção destinada a transpor uma depressão do terreno ou a servir de passagem superior” (FERREIRA, 1999). Além desse sentido mais usual e técnico, ligado à posição de quem constrói a cidade para o tráfego, identifiquei, com base em um *corpus* heterogêneo de textos, outros sentidos que não correspondem a essa visão técnica e em que se observam sujeitos e acontecimentos no espaço do viaduto. Deste modo, em uma notícia de jornal (UOL NOTÍCIAS, 2010), temos o viaduto como lugar de pouso, dormitório, moradia: “Os moradores se enrolaram em cobertores encardidos e se esconderam do vento atrás do concreto”. O viaduto é visto também em outros textos jornalísticos como lugar perigoso, que provoca medo e onde ocorrem roubos: “medo para a vizinhança e para os pedestres que por ali passam”, “ponto crítico para pequenos delitos”. Outro acontecimento que significa o viaduto é a “chacina”: “ponto usado como base dos moradores de rua mortos hoje”. Em alguns textos, a partir de uma posição jurídica ou policial, os sujeitos que frequentam o viaduto são vistos como: “viciados”, “ladrões”, “bandidos”, “criminosos”.

Diante desses sentidos permeados pela violência, surgem práticas que visam à reurbanização dos espaços da cidade, como vemos em um *blog* que fala sobre a reforma de um viaduto em Campinas: “Era meio complicado o local, creio que agora o tráfego irá fluir bem melhor” (ROGÉRIO BRASILEIRO, 2010). O discurso de reurbanização produz uma imagem higienista e estética do viaduto, silenciando os sujeitos que ali frequentam. Em uma notícia do jornal (VERZIGNASSE, 2010), percebem-se os sentidos da intervenção técnica para impedir a presença dos sujeitos, embora estes tenham continuado a frequentar o local: “Em um dos lados do viaduto (ao lado do McDonald’s), obstáculos de pedra deixam o piso irregular e impedem que alguém durma por ali. Mas o lado oposto, que não recebeu a intervenção, continua sendo moradia improvisada para mendigos”. Finalmente, apontamos o sentido de local de resistência e de reivindicações públicas por moradores de

---

<sup>2</sup> Projeto por mim coordenado com apoio da FAPESP (Proc. nº 2009/15205-1)

<sup>3</sup> No Laboratório de Estudos Urbanos da Unicamp se desenvolve, sob a coordenação de Eni Orlandi, uma Enciclopédia Discursiva da Cidade (ENDICI). Ver E. ORLANDI (Para uma enciclopédia da cidade. Campinas: Pontes/Labeurb-Unicamp, 2003.).

rua e mendigos: “Na opinião dele (o morador de rua), a prefeitura devia instalar banheiros em espaços públicos”.

Uma vez identificados esses vários sentidos da palavra, e não somente o sentido técnico ou de engenharia de tráfego, o verbete se formula apontando-se as posições ou perspectivas a partir das quais tais sentidos são produzidos, a saber: o discurso do dicionário da perspectiva urbanista e do construtor da cidade, o discurso jornalístico, o discurso jurídico e policial, o discurso de reurbanização higienista e estético, o discurso dos moradores de rua. Assim, o verbete reúne diferentes sentidos e posições e expõe ao leitor os gestos de interpretação, as diferenças e as contradições entre os discursos, assim como as relações entre as palavras.

Outro procedimento usado, que deriva das técnicas de hipertexto, é a elaboração de domínios de palavras relacionados, que funcionam como possíveis *links* para outros verbetes. Foram selecionados como relacionadas à palavra viaduto as seguintes palavras: *construção, urbanismo, trânsito, bêbado, mendigo, viciado, roubo, medo, reurbanização, assistência social, alcoolismo, adolescente, morador de rua, higiene, grafite, pichação*. O domínio relacional é um modo de lidar com a incompletude do verbete. Desse modo, este não é concebido como um texto linear fechado, mas, sim, como aberto às derivas da leitura. Alguns *links* são efetivados, inserindo-se outros verbetes, enquanto outros permanecem como ganchos provisórios que poderão ser estabelecidos posteriormente.

Há também o trabalho com as materialidades significantes, como as imagens, vídeos, sonoridades. Nos verbetes, essas materialidades não funcionam como ilustrações do escrito, mas sim como textualidades que têm uma materialidade específica, não redutível ao verbal (cf. ORLANDI, 1995). Há todo um trabalho a se fazer com o tratamento dessas materialidades, mas deixamos esse tema para uma outra ocasião.

## **Conclusão**

Os trabalhos em Análise de Discurso e em História das Ideias Linguísticas trazem novas perspectivas para o estudo, para a leitura e para a produção dos dicionários. Essas transformações afetam a visão tradicional do dicionário e abrem uma via para a consideração de sua história, bem como para a análise discursiva dos verbetes e para a inovação dos procedimentos de feitura do dicionário.

Isso traz consequências para as disciplinas de lexicologia e lexicografia, na medida em que elas passam a considerar a discursividade dos dicionários, suas condições de produção, as posições dos sujeitos lexicógrafos, os discursos das definições e dos exemplos, a autoria de uma escrita da palavra, dentre outros fatos.

A HIL, disciplina que vem sendo incorporada em alguns cursos de Letras e Linguística, é também um passo à frente para o estudo histórico dos instrumentos linguísticos, aí incluídos dicionários, gramáticas e manuais, além de conceitos da linguística, obras, estudo de autores, instituições, acontecimentos.

Na escola, a perspectiva discursiva desloca a imagem do dicionário como simples objeto de consulta e propõe uma leitura polêmica, atenta às diferenças entre as posições de definição, aos não-ditos, às contradições, às discursividades dos exemplos.

Eu terminaria afirmando que, sobretudo, a análise e a escrita discursivas modificam a relação que os sujeitos estabelecem com as palavras, levando-os a uma compreensão das discursividades que sustentam seus sentidos. Além disso, as novas possibilidades de produção de dicionário apontam para transformações na formas de escrita da palavra, que levem em consideração a relação entre língua, história e sociedade.

### *Referências Bibliográficas*

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas, Editora da Unicamp, 1992.

AUROUX, S. Listas de palavras, dicionários e enciclopédias. O que nos ensinam os enciclopedistas sobre a natureza dos instrumentos linguísticos. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, nº 20, Campinas, Pontes, 2008, p. 9-23.

AYROSA, P. **Vocabulário na Língua Brasileira**. São Paulo: Coleção Departamento de Cultura, vol XX, 1938.

BARROSO, G.; LIMA, H. **Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. 1.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Civilização Brasileira, 1938.

BEAUREPAIRE-ROHAN, V. de. **Dicionário de Vocábulo Brasileiros**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário Portuguez e Latino**. vol. 1. 10 volumes. Coimbra: Colégio das Artes, 1712-1728.

CASTELÕES, L. Conflitos entre centro e Periferia. Revista ComCiência. Nº 29, Cidades, Março de 2002.

CORUJA, A. P. **Coleção de Vocábulo e Frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1852.

**Dicionário Português e Brasileiro**. Anônimo. Lisboa: Oficina Patriarcal, 1795.

- FERRARI, C. **Dicionário de Urbanismo**. 1ª ed. São Paulo: Bisal, 2004.
- FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa* / Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. 3ª ed. totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FIGUEIREDO, António Cândido de. **Nôvo Diccionário da Língua Portuguêsa**, 2 vol., Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão, 1899.
- FREIRE, L. de O. **Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1.ed. 5 volumes. Rio de Janeiro: A Noite S. A. Editora, 1939-1944.
- GARCIA, C. Z.; CARVALHO, M. C.; MARTINEZ, M.; ZANETTI, M. **Vivendo no trecho: um ensaio etnográfico sobre “moradores de rua”**. Pontourbe. Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP. Ano 2, versão 3.0, julho de 2008.
- ORLANDI Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**, Cortez/UNICAMP, Campinas, 1988.
- ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- ORLANDI, E. P. Efeitos do Verbal sobre o Não-Verbal. **Rua**, Campinas, 1:35-47, 1995.
- ORLANDI, E. (Org.). **História das ideias lingüísticas**: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes, Cáceres: Unemat, 2001.
- ORLANDI, E. **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas: Pontes/Labeurb-Unicamp, 2003.
- ROGÉRIO BRASILEIRO. <http://www.Skyscraperlife.com/brazil/2662-campinas-avenida-norte-sul-e-arredores.html>. Acesso em 13/05/10.
- RUBIM, B. da C. **Vocabulário Brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Tipografia Dois de Dezembro, 1853.
- SILVA, A. de M. **Diccionario da Lingua Portuguesa**, composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.
- SILVA, A. P. e. **Nôvo dicionário brasileiro Melhoramentos ilustrado**. São Paulo: Melhoramentos, 1962.
- SOARES, A. J. de M. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, 1888.
- TAUNAY, Affonso d’E. **Léxico de Lacunas**. Tours: Imprimerie E. Arrault et Cia, 1914.
- UOL NOTÍCIAS. Roubos e ameaças envolvem vítimas da nova chacina. Notícia de 11/05/2010 - 18h48. <http://noticias.bol.uol.com.br/brasil/2010/05/11/nova-chacina-em-sp-esta-envolta-em-circulo-de-crimes-sem-esclarecimento.jhtm>. Acesso em 13/05/10.
- VERZIGNASSE, R. ‘Trecheiros transformam Viaduto Laurão em morada.’ Notícia de 03/03/2010 - 14h39. <http://cosmo.uol.com.br/noticia/48033/2010-03-03/trecheiros-transformam-viaduto-laurao-em-moradia.html>. Acesso em 13/05/10.

**José Horta Nunes** é graduado em Letras (Licenciatura) pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1987), mestre em Lingüística pela Universidade Estadual de Campinas (1992), e doutor em Lingüística pela Universidade Estadual de Campinas (1996), com pós-doutorado na École Normale Supérieure de Lyon/França (2004). Atualmente é professor assistente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Tem experiência na área de Lingüística, com ênfase em Análise de Discurso e História das Ideias Lingüísticas, atuando principalmente nos seguintes temas: discurso sobre/da cidade e análise histórico-discursiva de dicionários. ([horta@ibilce.unesp.br](mailto:horta@ibilce.unesp.br))